

OS MILITARES CONTRA O FECHAMENTO

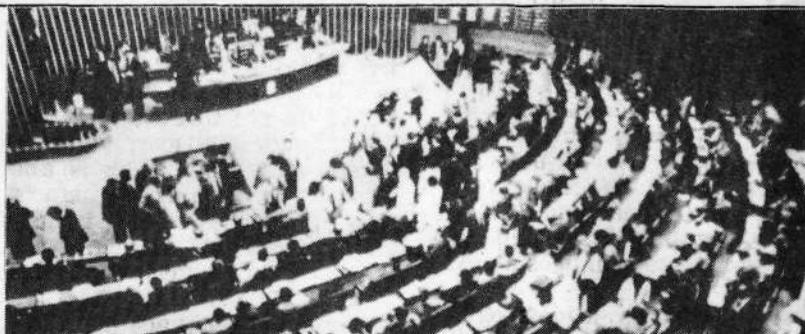
A época do "nacionalismo xenófobo" já passou, para a maioria deles. Hoje, acham que é importante a tecnologia de outros países.

O nacionalismo — que em passado recente movimentou os militares em torno das teses de defesa do petróleo, da siderurgia nacional e de outras riquezas — vem ganhando conotações totalmente diversas junto à oficialidade jovem, maiores e coronéis. Essa tendência foi observada principalmente durante a discussão das teses nacionalistas aprovadas pela Constituinte na ordem econômica — contrato de risco para o petróleo e garantia do subsolo para empresas nacionais — que pouco ou nenhum apoio receberam nos ministérios militares.

O sonho do Brasil potência no ano 2000 continua e os militares de hoje não estão mais preocupados em garantir a exploração do subsolo brasileiro apenas para as empresas nacionais nem impedir que as multinacionais façam prospecção de petróleo sob regime de contrato de risco. Pelo contrário,

uma grande parte da oficialidade jovem, apoiada por militares da reserva hoje ocupando cargos de destaque em empresas estatais, pretende ver o Brasil desenvolver-se a qualquer preço e consideram que isso só é possível através de investimentos e tecnologia estrangeiros.

"Nacionalismo é querer o bem do Brasil", afirmou um oficial ligado ao gabinete do ministro do Exército. "E o bem do Brasil não consiste mais em ficar fechado dentro de suas fronteiras, guardando suas matas e os minérios de seu subsolo, enquanto dez milhões de nordestinos passam fome por causa do subdesenvolvimento", argumentou o militar. O desenvolvimento só será obtido, segundo esses militares, através de investimentos estrangeiros e com a absorção da tecnologia já existente em países desenvolvidos.



A Constituinte, fechando o Brasil.

Argumentam que a nacionalização é importante mas existem coisas que não podem esperar. Acreditam, ainda, que não vale a pena o Brasil ficar tentando, sozinho, alcançar níveis elevados na tecnologia de ponta, pois com isso perde muito tempo e dinheiro. Citam o cobre que está sendo gradativamente substituído pela fibra

ótica, por exemplo, em material de telecomunicação. "Futuramente, o cobre vai servir apenas para fazer tachos", afirmou um militar. Dada a situação brasileira, necessário se torna queimar etapas, mas destacam que a posição hoje é de aversão à xenofobia e ao entreguismo.

Na Marinha a posição é simi-

lar. Afinal seu projeto mais ambicioso está sendo desenvolvido: a construção de submarinos convencionais, projetos para submarinos nucleares e o programa de enriquecimento de urânio, com a colaboração de estrangeiros. E, até mesmo, a autorização para a redução das 200 milhas de mar territorial para 12 milhas. É difícil encontrar-se ainda militares como o ministro da Aeronáutica, brigadeiro Moreira Lima, que considerou acertada a decisão dos constituintes de resguardar as riquezas minerais. Grande parte dos militares não teme a exaustão desses recursos nem está preocupada se a maioria das prospecções está nas mãos de estrangeiros.

Os nacionalistas, dentro dos ministérios militares, estão acabando, pertencem à geração do ministro Moreira Lima e do general Araken de Oliveira, já na re-

serva. Será que os militares permitirão que a Constituição mantenha a preservação das riquezas minerais conforme aprovada? Eles não queriam opinar no capítulo da ordem econômica, conforme argumentou um oficial, para não serem responsabilizados pela política econômica adotada em função da Carta Magna.

"A decisão da Constituinte de nacionalizar a exploração dos minerais não tem sentido", afirmou, ontem no Rio, o secretário-executivo da Comissão de Cartografia do Ministério da Ciência e Tecnologia, almirante Mucio Piragibe de Baker, "com esse nacionalismo exacerbado e irrealista, dentro de alguns anos, o Brasil vai criar a 'Solbrás' e decretar a nacionalização da exploração da energia solar", acrescentou o almirante considerando absurda essa atitude em um mundo cada vez mais interdependente.

A SEMANA

Espera-se agitação, com dois assuntos polêmicos.

Reforma agrária e a questão urbana, dois temas polêmicos, não só deverão movimentar os trabalhos da Constituinte, no decorrer da semana, mas também os corredores do Congresso Nacional. É que dois setores interessados nesses temas, a União Democrática Ruralista-UDR — e a Igreja, estão-se mobilizando para pressionar os parlamentares a votar a seu favor. Hoje, a partir das 16 horas, deverá ser votado o Capítulo II da Ordem Econômica, que trata da política urbana.

O usucapião urbano, por exemplo, é uma novidade no plano constitucional. A pessoa que usar um imóvel de até 250 metros quadrados por cinco anos ininterruptos, "sem oposição nem reconhecimento de domínio alheio", para sua moradia, passará a ser seu proprietário, desde que não tenha outro imóvel urbano ou ru-

ral. A divergência neste ponto entre os constituintes é em relação à expressão "reconhecimento de domínio alheio". A expressão não está no texto da Comissão de Sistematização e os setores de esquerda querem suprimi-la.

A política e a reforma agrárias estarão na pauta de negociações, hoje de manhã, entre as lideranças partidárias e os grupos políticos. Os parlamentares estão divididos quanto aos quatro requisitos que a função social da propriedade deve atender: adequado aproveitamento da propriedade, preservação do meio ambiente, observação das leis trabalhistas e bem-estar dos trabalhadores. De acordo com o texto da Sistematização, os quatro itens deveriam ser observados simultaneamente. Já o substitutivo do Centrão acolhe os quatro pontos, mas suprime a simultaneidade.

Caiado aparece em Uberaba. De surpresa.

Sem aviso prévio, o presidente da UDR — União Democrática Ruralista, Ronaldo Caiado, chegou sábado à Casa do Folclore, em Uberaba, por volta de 22h, onde cerca de uma centena de constituintes eram recepcionados com um jantar. O fato foi encarado por alguns políticos presentes como "constrangedor", levando-se em conta que a Constituinte inicia segunda-feira (hoje) a votação da reforma agrária.

Caiado, no entanto, explicou que fora até lá não para fazer lobby a favor das teses contrárias à reforma agrária da UDR, mas sim para "dizer a João Gilberto Rodrigues da Cunha — presidente da Associação Brasileira dos Criadores de Zebu — que não poderei estar aqui em Uberaba no dia 3, quando da abertura oficial da 54ª Exposição Nacional do Zebu". Essa ausência, frisou, deve-se ao fa-

to de que permanecerá a semana toda nas galerias do Congresso assistindo à votação da reforma agrária.

Dizendo-se "em casa", Caiado não deixou, porém, de fazer sua pregação aos constituintes: "É uma oportunidade para levar àqueles que ainda não visitei a proposta da classe rural. A única coisa que queremos é tranquilidade para os que produzem, que geram riquezas, fazendo realmente o social neste país". E apelou para que "deixemos a demagogia e a ideologia de lado, colocando homens competentes para desenvolver o Brasil". Caiado explicou ainda que a anunciada "marcha a Brasília" dos ruralistas se limitará às lideranças. Mesmo assim, prometeu que "vamos então deslocar apenas três mil pessoas para acompanhar os trabalhos".